



[Trabalho 1947]
APRESENTAÇÃO ORAL

ALESSANDRA MATTE¹; PAULO DABDAB WAQUIL²; MÁRCIO ZAMBONI NESKE³; TANICE
ANDREATA⁴; MARCOS FLAVIO SILVA BORBA⁵.

1,2,3. UFRGS, PORTO ALEGRE - RS - BRASIL; 4. UFSM/CESNORS, PALMEIRA DAS MISSÕES - RS - BRASIL;
5. EMBRAPA/CPPSUL, BAGÉ - RS - BRASIL.

Vulnerabilidade social e a construção de estratégias de enfrentamento e adaptação para pecuaristas de corte no Rio Grande do Sul

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

Este estudo visa compreender como a vulnerabilidade social influencia as capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, e como esses criam estratégias de enfrentamento ou adaptação aos efeitos das situações de vulnerabilidade a que estão expostos. Nesse sentido, o estudo versa sobre o tema da vulnerabilidade desde uma perspectiva social, utilizando as abordagens das capacitações e dos meios de vida para compreender como os pecuaristas de corte têm enfrentado ou se adaptado às situações de vulnerabilidade social. Foram realizadas 60 entrevistas semiestruturadas com pecuaristas de corte, nos municípios de Bagé e Dom Pedrito localizados na Campanha Meridional, e Piratini e Pinheiro Machado localizados na Serra do Sudeste. Assim, os principais fatores de vulnerabilidade social identificados são dificuldade de contratação de mão de obra (78%) e ausência de sucessor (77%). Desse modo, a liberdade para escolher a melhor estratégia para enfrentar ou se adaptar às situações de vulnerabilidade fica restrita aos meios de vida de cada família, pois é a disponibilidade de ativos que vai possibilitar aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações individuais.

Palavras-chave: capacitações, desenvolvimento rural, meios de vida, pecuária, vulnerabilidade social.

Abstract

This study aims to understand how vulnerability affects social capabilities and livelihoods of livestock farmers in the regions Campanha Meridional and Serra do Sudeste of the state of Rio Grande do Sul, and how these farmers adopt coping or adaptation strategies to the effects of these situations of vulnerability to which they are exposed. In this sense, the study deals with the theme of vulnerability from a social perspective, using the capabilities and livelihoods approaches to understand how livestock farmers have faced or adapted to situations of social vulnerability. Semistructured interviews were conducted with 60 farmers in the municipalities of Bagé and Dom Pedrito located in the region Campanha Meridional,



and Piratini and Pinheiro Machado located in the region Serra do Sudeste. Thus, the main factors of social vulnerability identified are the difficulty in hiring labor (78%) and lack of successor (77%). Thus, the freedom to choose the best strategy to cope with or adapt to situations of vulnerability is restricted to the livelihoods of each family, as is the availability of assets that will enable individuals to expand or restrict their individual capacities.

Keywords: *capabilities, rural development, livelihoods, livestock, social vulnerability.*

1. Introdução

A vulnerabilidade afeta o exercício das capacitações, impactando na liberdade de escolha dos indivíduos e nos meios de vida da família. Desse modo, este artigo analisa como os pecuaristas de corte no sul do Rio Grande do Sul percebem as distintas situações de vulnerabilidade social, examinando o grau de importância dos diferentes fatores e as dinâmicas que os grupos sociais do meio rural constroem como estratégias de enfrentamento e adaptação a essas situações.

O contexto empírico de análise desse estudo tem como referência a pecuária de corte das microrregiões Campanha Meridional e Serra do Sudeste no Rio Grande do Sul, localizadas no sul do estado. Nessas microrregiões a pecuária de corte extensiva é a atividade produtiva predominante desde o período de colonização no século XVIII, sendo exercida sobre áreas de campos naturais pertencentes ao Bioma Pampa. Atualmente pecuária de corte permanece sendo a principal representação sócio produtiva das microrregiões, presente em 83,43% dos estabelecimentos na Campanha Meridional e 65,13% na Serra do Sudeste (IBGE, 2006).

Em anos recentes o sul do estado vem passando por diversas mudanças em sua paisagem agrária, acarretando em transformações de ordem social, econômica e ambiental. Nessas condições, os campos naturais do Bioma Pampa vêm cedendo espaço e sendo substituídos de forma intensa e imediata pelo monocultivo das lavouras de soja e arroz, e de árvores exóticas comerciais como pinus, eucalipto e acácia (BENETTI, 1994; BERTÊ, 2004; OVERBECK et al., 2009; MORALES GROSSKOPF et al., 2011).

Diante deste cenário, alguns dos impactos dessas transformações nas microrregiões investigadas apontam para consequências como a elevação do preço da terra, redução de áreas destinadas à pecuária sobre campos naturais, a supressão do bioma Pampa e perda da biodiversidade. Contudo, no que diz respeito às mudanças nas dinâmicas sociais, constata-se uma crescente saída de jovens do meio rural, o que vem comprometendo a transmissão do patrimônio e a própria sucessão familiar (MATTE et al., 2011), sendo essa situação tema de debate e preocupação entre as instituições locais. Somado a isso, o esvaziamento do meio rural cresce gradativamente, reduzindo o número de propriedades, a oferta de mão de obra e oportunizando o aumento da concentração fundiária.

Nesse sentido, os pecuaristas de corte têm convivido e disputado espaços de produção e reprodução social e econômica com as demais estruturas sociais e produtivas locais, que não raro, como indicam as evidências, têm-se verificado a permanência de um acirramento das desigualdades nessa região, impactando diretamente sobre os indivíduos e suas famílias. Em meio às condições em que as microrregiões estudadas vêm sendo submetidas e sofrendo os efeitos de transformações envolvendo dinâmicas socioeconômicas, fundiárias e ambientais, os



pecuaristas de corte se encontram em uma condição de maior exposição às situações de vulnerabilidade, principalmente social.

Apesar dos avanços da agenda de pesquisa que têm tratado sobre o tema da vulnerabilidade, essa agenda está longe de ser esgotada, e ainda são prementes estudos que possam revelar como a vulnerabilidade opera em contextos rurais “localizados”. Portanto, diante a relevância do tema e a atividade pecuária no sul do estado do Rio Grande do Sul, esse estudo realiza uma análise que dá conta de identificar como os pecuaristas de corte fazem uso das suas capacitações e ativos que dispõem para a realização dos seus meios de vida, visando, assim, desenvolver estratégias de enfrentamento ou adaptação às situações vulnerabilidade social a que estão expostos.

Assim, a próxima seção deste artigo trata da delimitação da abordagem da vulnerabilidade, analisando e destacando como eixo central as perspectivas, os conceitos e as ideias relacionadas à discussão sobre a abordagem da vulnerabilidade social. A terceira seção desse artigo apresenta uma revisão bibliográfica de aproximação da vulnerabilidade com abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen e dos meios de vida proposta por Frank Ellis, seguida de uma discussão em torno da construção de estratégias de enfrentamento e adaptação às distintas situações de vulnerabilidade social. A quarta seção consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos da realização dessa pesquisa. Na quinta seção, foram realizadas as análises com base na percepção dos entrevistados, caracterizando os pecuaristas e seus estabelecimentos, identificando os graus de importância dos fatores de vulnerabilidade social e analisando as estratégias de enfrentamento e adaptação adotadas pelos entrevistados. Por fim, as considerações finais procuram reunir os principais resultados desse estudo.

2. Delimitando a abordagem da vulnerabilidade

A abordagem da vulnerabilidade tem sua origem em estudos relacionados com as ameaças naturais desenvolvidos inicialmente na geografia. Susan Cutter (1996), afirma que esse fenômeno tem origem nos estudos sobre desastres naturais (mudanças ambientais) e na avaliação de riscos. A partir da década de 1990, alguns estudos foram direcionados a compreender a vulnerabilidade das pessoas aos impactos das alterações ambientais, especialmente as alterações climáticas (JANSSEN; OSTROM, 2006). Também nesta década constata-se que não somente as variáveis ambientais provocam vulnerabilidade, mas um conjunto de outras mudanças de ordem interna e externa. Com o avanço dos estudos em torno da vulnerabilidade, a geografia humana, as ciências sociais e a ecologia também passaram a despertar interesse pelo tema da vulnerabilidade, passando a relacioná-la com as mudanças sociais (ADGER, 2003; FUSSEL, 2007).

Assim, o uso do termo vulnerabilidade varia de significado em seus domínios de investigação, podendo ser encontrado em distintas áreas do conhecimento, como na economia, na ecologia, na sociologia, nas engenharias, na saúde, entre outras. De modo geral, a abordagem da vulnerabilidade vem sendo analisada principalmente sob três contextos: o ambiental, o tecnológico e, como foco desse estudo, o social.

Desse modo, nas ciências sociais, o uso da abordagem é empregado com a denominação de vulnerabilidade social. Essa forma da abordagem é comumente utilizada para descrever características individuais, correspondendo ao produto de uma desigualdade social (CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003). Algumas das variáveis individuais seriam a idade, o sexo, a possibilidade de ter serviços de saúde, dependência social, baixa renda, o tipo de unidade familiar que almejam, moradia, perda do emprego, entre tantas outras. Para esses autores, a vulnerabilidade refere-se aos fatores que influenciam na suscetibilidade ou na forma como a sociedade é prejudicada, assim como a sua capacidade de reagir frente a estas



situações. A vulnerabilidade social, de maneira ampla, corresponde à falta de acesso aos recursos como a informação, o conhecimento e a tecnologia, além de acesso limitado ao capital social, incluindo as redes sociais e as conexões, crenças e costumes, também atribuído a indivíduos frágeis e fisicamente limitados pela falta de saúde (CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003; PUTNAM, 2000).

Essa forma de abordagem da vulnerabilidade tem suas contribuições na medida em que aponta que não só o indivíduo, mas o contexto como um todo passou a ser percebido como podendo se apresentar fragilizado ao ter que lidar com situações de risco. Segundo Kaztman et al. (1999), a compreensão da vulnerabilidade centra-se na compreensão dos determinantes dessa situação, resultado de dificuldades no acesso a estruturas de oportunidade, além da ausência de disponibilidade de ativos. Avançando sobre essa perspectiva, Kaztman (2000) chama atenção para alguns elementos que influenciam a condição da vulnerabilidade social:

[...] las fuentes de vulnerabilidad social más importantes en la actualidad tienen que ver con los fenómenos de precariedad e inestabilidad laboral vinculados al funcionamiento del mercado y con la desprotección e inseguridad ligadas al repliegue del Estado y el debilitamiento de las instituciones primordiales, familia y comunidad (KAZTMAN, 2000, p. 5).

Ao delimitar um domínio de investigação, nesse caso o social, a utilização dessa alternativa de análise é útil para a realização de estudos específicos que buscam respostas para perguntas particulares. Para Cutter, Boruff e Shirley (2003, p. 245) a vulnerabilidade social corresponde a um “produto do social”, representado pela falta de acesso a recursos como informações, conhecimento e tecnologia, além de acesso limitado ao poder político, a representação social, ao capital social, a crenças e costumes, gerando indivíduos frágeis e fisicamente limitados.

Desse modo, dentre algumas das concepções que prevalecem no debate da vulnerabilidade, encontramos com relativa frequência a concepção de que essa pode ser provocada por diversos estressores, que se encontram em lados sobrepostos, sendo distinguidos como estressores externos a que um sistema é exposto e estressores internos, que determinam seus impactos no sistema (KAZTMAN et al., 1999; ELLIS, 2000; ADGER, 2006; CHAMBERS, 2006; FUSSEL, 2007). Nesse sentido, Chambers (2006) e Fussel (2007) sublinham que os fatores de vulnerabilidade externa (ou exógenas ou além do lugar) referem-se a fatores fora do sistema (ou do grupo familiar), provocado por situações de choque, estresse e risco, enquanto as influências internas (ou endógenas ou no lugar) correspondem à capacidade de reagir frente às situações externas e as mudanças dentro do grupo familiar. Conforme Cunha (2004), tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sociodemográficas, quanto aquelas relativas ao meio social onde eles estão inseridos.

Nesse sentido, Chambers (2006) na obra, “Vulnerability, Coping and Policy” (Vulnerabilidade, Enfrentamento e Política), apresenta a vulnerabilidade como uma situação de “exposição a contingências e estresse e a dificuldade de lidar com eles” (2006, p. 33). O autor salienta que o estudo da vulnerabilidade deve levar em consideração as consequências e impactos de eventualidades causadas por diversas situações, e a capacidade de recuperação. Corroborando com Chambers (2006), Marandola Jr. e Hogan (2006) consideram imprescindível considerar a dimensão espacial e temporal da vulnerabilidade como forma de responder mais precisamente aos riscos envolvidos e a capacidade de resiliência das populações.



Portanto, não basta apenas compreender o que é vulnerabilidade, é necessário verificar quais os motivos para o grupo ou indivíduo vulnerável não conseguir criar estratégias para enfrentar ou se adaptar, o que pode estar diretamente relacionado às capacidades individuais e aos ativos que dispõem para enfrentar esta situação. Tomando por base um conjunto de fatores e a velocidade com que as transformações globais vêm acontecendo, assim como a rapidez com que atingem as várias “camadas” da sociedade, fica cada vez mais evidente a necessidade de estarmos atentos às mudanças ocorridas, tanto em nível local como mundial. Compreender as formas como os atores sociais do meio rural se organizam e tomam decisões, está condicionado às respostas frente a essas mudanças. De maneira geral, há uma demanda de um melhor entendimento dos fatores que causam vulnerabilidade, perpassando a necessidade de avanço sobre essa abordagem no meio rural, com populações localizadas.

3. A abordagem dos meios de vida e das capacitações na construção de estratégias de enfrentamento e adaptação

3.1 A vulnerabilidade no contexto da abordagem das capacitações

Diante dos processos constantes de mudanças que a sociedade contemporânea tem vivenciado, o meio rural ocupa lugar estratégico para análise das mudanças societárias, já que no seu contexto de produção e trabalho se encontram contingentes populacionais em exposição de situações de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, face aos riscos – muitos dos quais imprevisíveis – decorrentes da sociedade moderna (GIDDENS, 1991; ELLIS, 2000; ADGER, 2006; CHAMBERS, 2006; SCHNEIDER, 2010).

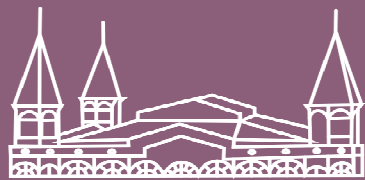
Nesse contexto, particularmente a abordagem das capacitações desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen, tem oferecido importantes contribuições ao longo das últimas duas décadas acerca de questões como subdesenvolvimento, pobreza, desigualdade e restrições, tratando o desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos fazerem escolhas.

Assim, a noção de capacitações envolve a ideia de liberdades de oportunidades de escolha. Esta abordagem surge da proposição de que para que desenvolvimento seja exercido pelos indivíduos, deve-se dispensar atenção aos meios disponíveis e não direcionar a atenção apenas para os fins. Nesse sentido, segundo Sen as capacitações que as pessoas têm são entendidas como as características físicas e mentais dos indivíduos, bem como as oportunidades sociais e influências que recebem, resultando em seus funcionamentos (SEN, 2008; 2010).

Ou seja, não basta o indivíduo ter capacidade para fazer e ser, é necessário dispor das condições e oportunidades para realizar o que deseja, e escolher o tipo de vida que ele almeja. A exemplo disso podemos considerar um agricultor que tem interesse e habilidade em criar peixes em sua propriedade, contudo, precisa dispor de fonte de água para isso.

Assim, as capacitações são as habilidades dos indivíduos de realizarem o seu potencial como seres humanos, no sentido de ser e fazer suas próprias escolhas, envolvendo a capacidade de escolha e a liberdade para realizá-las. Na verificação de situações de vulnerabilidade, a abordagem das capacitações nos leva a considerar as habilidades de cada pessoa para realizar seus funcionamentos, sendo essas suas reais capacidades, sem as quais não há escolha genuína (SEN, 2008).

No contexto de análise das situações de vulnerabilidade dos indivíduos, as noções de intitamentos e funcionamentos são categorias analíticas presentes na abordagem das capacitações de Sen, que oferecem suporte para compreender como a vulnerabilidade age sobre os indivíduos e suas famílias, bem como eles reagem a essas situações. Assim, os intitamentos fazem parte do meio (contexto) que o indivíduo encontra-se inserido, tratando-se das condições que possuem para se desenvolverem e atingir determinado objetivo. Ou seja,



os intitulentos são pré-condições para que os indivíduos atinjam suas capacitações (SEN, 2008; 2010).

Desse modo, os intitulentos consistem em um conjunto de recursos e meios (ativos e atividades) disponíveis aos indivíduos, sendo eles produtivos (ex. disponibilidade de terra e de mão de obra), de troca (ex. renda) e fatores institucionais que podem influenciar os intitulentos (ex. costumes, tradições, leis, políticas públicas). De tal maneira, os governos, em suas distintas esferas, tem papel fundamental no fornecimento desses elementos, como educação, saúde, saneamento básico, acesso a terra, acesso à comida, dentre outros.

Os funcionamentos dizem respeito ao nível do indivíduo, envolvendo as ações e atividades desenvolvidas que constituem sua vida. Os funcionamentos consistem nas realizações e nos fins, o que as pessoas são capazes de fazer e ser, aquilo que pode ser realizado, como, por exemplo, estar bem nutrido, ler, escrever, se comunicar, e fazer parte da comunidade (SEN, 1985; 2008; 2010), estando diretamente relacionado com as “condições de vida” desses indivíduos, em diferentes aspectos (SEN, 1985, p. 49). Sendo assim, o conjunto de funcionamentos promove o bem estar na medida em que estão inter-relacionados. Portanto, cada pessoa deve ter suas liberdades garantidas, tendo vista a possibilitar suas capacitações para que realizem seus funcionamentos (SEN, 2008).

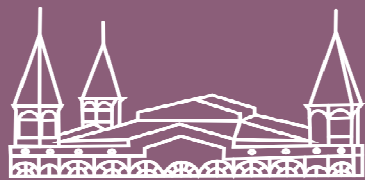
Portanto, o desenvolvimento desde a perspectiva seniana não é só uma questão de ter recursos materiais, mas sim, antes de qualquer coisa, obter acesso a oportunidades que são de direito dos atores sociais, em suas respectivas esferas sociais, auxiliando-os a saírem da condição de vulneráveis em que podem encontrar-se. Para Sen (2010) algumas liberdades são fundamentais ser atendidas, como o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, à informação, ao conhecimento, entre outras necessidades consideradas básicas.

Nesse sentido, para Sen (2008), Chambers (2006) e Ellis e Mdoe (2003), as dificuldade de enfrentar situações de vulnerabilidade estão conexas com uma falha dos direitos e a escassez de recursos, correspondendo às capacidades individuais ou como as pessoas conseguem viver, e a liberdade que elas têm de escolher como querem viver. Para Chambers e Conway (1992), ter capacitação corresponde a haver capacidade de executar certas funções básicas, no intuito de enfrentar estresse e choques, objetivando encontrar novas oportunidades a partir do seu meio de vida.

No entanto, para exercer suas capacitações, o indivíduo necessita de um meio que possibilite condições para o seu desenvolvimento. Em situações em que o indivíduo ou a família tiverem seu meio de vida ameaçado (por incertezas, riscos ou mudanças), sua liberdade de exercer suas capacidades estará comprometida, pois se encontrará em uma situação de vulnerabilidade (ELLIS, 2000). Nesse sentido, a próxima subseção trata desta discussão, analisando como os meios de vida relacionam-se com a abordagem da vulnerabilidade.

3.2 A vulnerabilidade no contexto da abordagem dos meios de vida

Ao propor a abordagem dos “meios de vida” (livelihoods), Ellis (2000) parte de uma aplicação das capacitações de Amartya Sen. Essa abordagem tem como cerne a forma como as famílias desenvolvem seu sustento, estabelecendo ligação entre os ativos e as opções que as pessoas possuem para sobreviver. Refere-se à habilidade dos indivíduos de realizarem o seu potencial como seres humanos, no sentido de ser e fazer suas próprias escolhas. De acordo com Sen (2008; 2010), Chambers (2006) e Ellis, a vulnerabilidade está conexas com uma falha dos direitos e a escassez de recursos, assim, a presença de situações de vulnerabilidade representa uma privação das capacitações e ausência de liberdade que os indivíduos têm para escolher como querem viver.



Portanto, conforme destacado na seção anterior, para exercer as capacitações, o indivíduo necessita de um meio que possibilite condições para o seu desenvolvimento. De tal maneira, em circunstâncias em que o indivíduo ou a família tiverem seus meios de vida ameaçados (por incertezas, riscos ou mudanças), sua liberdade de exercer suas capacidades estará comprometida, limitando suas escolhas e possibilidades de reação (ELLIS, 2000).

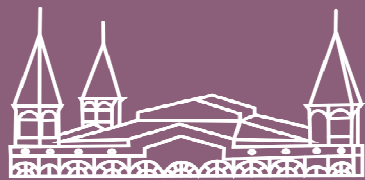
A abordagem dos “meios de vida” (livelihoods) proposta por Frank Ellis (2000), considera que as famílias desenvolvem suas estratégias de reprodução social estabelecendo ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver. Segundo Ellis, “um meio de vida compreende os bens (natural, físicos, humanos, financeiro e capital social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar” (ELLIS, 2000, p. 10). Portanto, o meio que o indivíduo possui para viver envolve os ativos que ele dispõe, suas atividades e as formas de acesso e uso que determinam o seu modo de viver.

Tais ativos podem ser resumidamente compreendidos nos cinco capitais, formando um pentágono acerca dos meios de vida, sendo eles: capital natural, físico, humano, financeiro e social. O capital natural refere-se à base de recursos naturais, estando relacionada à qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo, entre outros, o qual oferece produtos utilizados pela população humana para sua sobrevivência. O capital físico pode ser exemplificado pelas ferramentas, maquinários e insumos disponíveis, são bens trazidos à existência pelo processo de produção econômica. O capital humano está relacionado ao trabalho doméstico disponível, às atribuições dos indivíduos como nível de escolaridade, conhecimento, habilidades e o próprio estado de saúde. No que diz respeito ao capital financeiro, refere-se ao estoque de dinheiro, poupança e crédito, os quais podem ser acessados a fim de adquirir bens tanto de produção como de consumo. Por fim, o capital social corresponde a redes de reciprocidade, confiança e associações às quais as pessoas participam, e a partir dos quais podem derivar apoio que contribuem para seu sustento (ELLIS, 2000). Este conjunto de capitais condiciona os meios de vida dos indivíduos, sendo que a forma como esses ativos serão mobilizados fica por conta da capacidade e habilidade individual dos atores sociais.

Conforme Chambers (2006), os indivíduos e as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias de enfrentamento às diversas situações. Esta diferença no acesso, está diretamente relacionada às capacitações individuais e a presença de intituleamentos, diferenciando-os em seu uso e controle (ELLIS, 2000; SEN, 2008; CHAMBERS, CONWAY, 1992). Para haver condições de criarem-se novas estratégias e diversificar as atividades, os ativos devem estar disponíveis, mais que isso, os indivíduos devem ter controle deles para poderem ser utilizados frente às situações de vulnerabilidade, tendo autonomia e reduzindo sua dependência de fatores externos, como o auxílio provindo de políticas públicas.

Diante de tais relatos, fica evidente que a vulnerabilidade está diretamente relacionada com as privações que os atores sociais se encontram (SEN, 2010), pautada aos ativos/intituleamentos que possuem e as suas capacitação de utilizá-los para diversificar as atividades, principalmente frente às situações de mudanças e incertezas (SCOONES, 2009; ELLIS, 2000). Ou seja, o “baixo potencial de substituição [de ativos e atividades] faz os meios de vida mais vulnerável” (ELLIS, 2000, p. 42). Nesse sentido, as estratégias de enfrentamento e adaptação não são só uma questão de ter recursos materiais, seriam antes de qualquer coisa, obter acesso a oportunidades que são de direito dos atores sociais, em suas respectivas esferas sociais.

Soma-se a isso a forma como se utilizam tais bens, dentro de um contexto envolvendo, por exemplo, relações sociais, valores, normas, expectativas (ELLIS, MDOE, 2003). É



necessário fortalecer os capitais dos indivíduos, em suas distintas esferas, promovendo a igualdade de oportunidades, possibilitando que o desenvolvimento ocorra.

3.3 A construção de estratégias de enfrentamento e adaptação às situações de vulnerabilidade

Na perspectiva de Ellis (2000), a vulnerabilidade representa uma mudança em que o indivíduo, ou família, ou comunidade podem estar vivenciando, tratando-se de uma mudança particular na sustentabilidade dos meios de vida. Diante de uma situação de vulnerabilidade, os indivíduos podem reagir de duas maneiras: enfrentando ou adaptando-se, devendo considerar o processo para isso e as condições disponíveis.

As estratégias de enfrentamento são uma tentativa de sobrevivência do grupo familiar frente a um contexto de vulnerabilidade, visando superá-lo. São estratégias construídas como resposta à ocorrência de crises e choques (secas, inundações, queda de preços dos produtos, etc.) e que se tornam alternativas momentâneas de sobrevivência (NIEDERLE, GRISA, 2008). Sendo assim, as estratégias denominadas de enfrentamento adotadas pelas famílias são sustentadas pelo objetivo de sobrevivência, criando alternativas para superar essa situação em face das variações indesejáveis (ELLIS, 1999; 2000; ADGER, 2003).

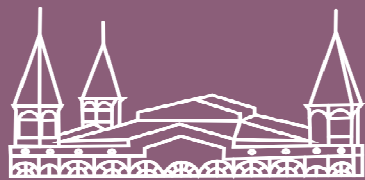
Portanto, as estratégias de enfrentamento procuram promover a capacidade de mitigação dos indivíduos, consistindo na promoção de medidas para reduzir os riscos ou mesmo para reduzir seus impactos, mesmo que temporariamente (CUTTER, BORUFF, SHIRLEY, 2003). Portanto, as estratégias de enfrentamento visam moderar ou reduzir os impactos negativos de situações que causam vulnerabilidade, ou promover efeitos positivos para evitar maiores impactos.

Por outro lado, as estratégias de adaptação envolvem a capacidade dos meios de vida “evolúem”, a fim de acomodar as situações de riscos ou mudança, ampliando a gama de variabilidade com que podem lidar com as situações de vulnerabilidade (ADGER, 2006). Assim, as estratégias de adaptação se expressam como alternativas de escolha que buscam caminhos mais estáveis, sendo estratégias que “antecipam” possíveis crises e choques e garantem maior estabilidade quando da ocorrência de situações de vulnerabilidade (NIEDERLE, GRISA, 2008, p. 52).

Para Adger e Kelly (1999), a adaptação também ocorre através das ações dos indivíduos facilitadas ou limitadas por instituições, bem como através da ação das próprias instituições. Desse modo, as estratégias de adaptação são manifestações desenvolvidas para assegurar a sobrevivência do grupo familiar em longo prazo (SMIT, WANDEL, 2006). Portanto, as adaptações de sucesso significam que as famílias fiquem menos propensas às crises ao longo do tempo, aperfeiçoando sua capacidade de resistir às mudanças e choques.

Como apontado por Sen (2008), mesmo que os indivíduos criem habilidade para enfrentar mesmas situações novamente, isso não significa que eles estejam adaptados a esta. Em muitos casos, a capacidade de adaptação das sociedades depende da capacidade de agir coletivamente em face das ameaças, assim, o capital social é composto das redes e das relações entre indivíduos e grupos sociais que facilitam o bem-estar econômico e a segurança (ADGER et al., 2004). Dessa maneira, algumas comunidades podem encontrar estratégias para gerenciar a vulnerabilidade através de redes sociais e de interações, sendo mobilizadas para enfrentar ou se adaptar às mais diversas situações de vulnerabilidade.

Considerando a discussão até aqui apresentada, o estudo da vulnerabilidade a partir da abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen, somado com a abordagem dos meios de vida proposta por Frank Ellis, representam um importante referencial dos estudos rurais para a apreensão de como os atores sociais constroem estratégias de enfrentamento e adaptação frente à exposição às situações de vulnerabilidade social que incidem sobre as



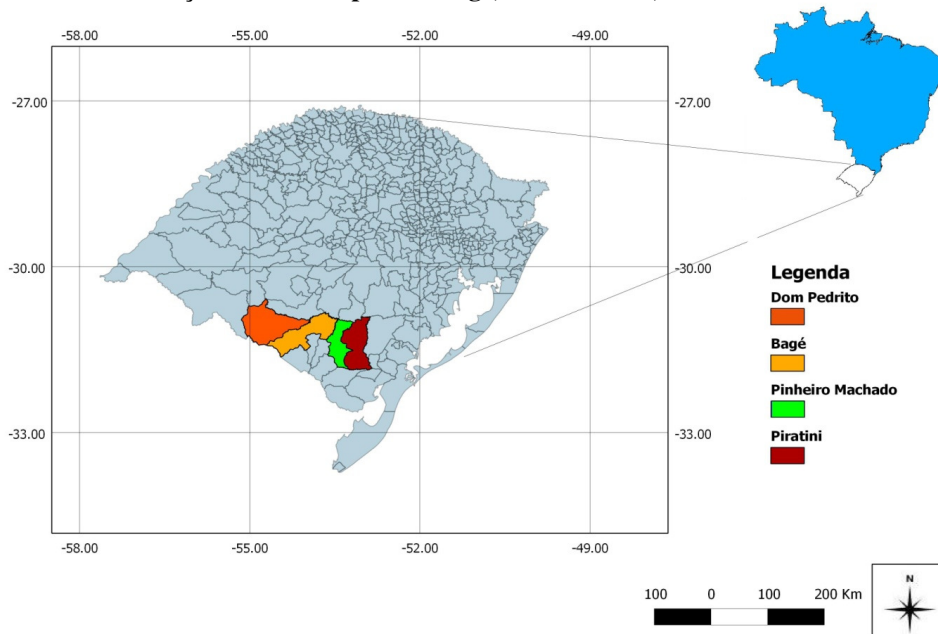
condições de vida desses atores sociais. Assim, conhecer as estratégias adotadas em situações de mudanças é um passo fundamental para fazer as possíveis previsões quanto às reações a serem adotadas pelos indivíduos e famílias.

4. Procedimentos metodológicos

Este estudo tem seu foco de análise nos pecuaristas de corte dos municípios de Bagé e Dom Pedrito localizados na microrregião Campanha Meridional, e Piratini e Pinheiro Machado situados na microrregião Serra do Sudeste, no Rio Grande do Sul (Figura 1).

O principal instrumento de coleta de dados foi a entrevista semi estruturada, a qual ocorre por meio de uma “conversação guiada”, com o objetivo de obter informações detalhadas daquilo que está sendo investigado (RICHARDSON, 2009, p. 208). A definição dos entrevistados foi do tipo não probabilística intencional, possuindo certas características estabelecidas relacionando-se intencionalmente e se apresentando como representativa do universo escolhido.

Figura 1 – Localização dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Piratini e Pinheiro Machado.



Fonte: Elaborado pelos autores (2012).

Assim, foram realizadas um total de 60 entrevistas no período de março a maio de 2012, sendo oito em Bagé, 20 em Dom Pedrito, 15 em Piratini e 17 em Pinheiro Machado. A definição do número de entrevistados considerou um conjunto de pecuaristas que contemplassem estabelecimentos de distintos tamanhos e formas de organização, buscando a diversidade da atividade pecuária.

A entrevista consistiu em um roteiro com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, de caráter qualitativo e quantitativo. As perguntas abertas são consideradas livres, pois o entrevistado emite sua visão sobre determinado assunto. As perguntas fechadas, por sua vez, possuem alternativas fixas e com respostas específicas, sendo mais objetivas. Dentro das perguntas de múltipla escolha, que também são consideradas perguntas fechadas, estão as questões de escala com graus de frequência e intensidade para um mesmo item, baseando-se em escalas de Likert. Esta escala procura capturar na resposta do entrevistado o grau de intensidade atribuído a cada item (ALEXANDRE et al., 2003), no caso dessa pesquisa foi identificado o grau de importância de cada fator de vulnerabilidade social para os pecuaristas



de corte. Assim, foram utilizados cinco graus: 1) nenhuma importância, 2) pouca importância, 3) importância relativa, 4) importante, e 5) muito importante.

A entrevista foi organizada em duas partes. Uma primeira, com questões referentes à caracterização dos pecuaristas entrevistados e dos estabelecimentos. A segunda parte consistiu da identificação dos graus de importância dos fatores de vulnerabilidade social investigados, seguida da compreensão das estratégias de enfrentamento e adaptação construídas pelos pecuaristas de corte. A partir disso as informações foram organizadas, codificadas e tabuladas, sendo sua análise distinta naquilo que confere à qualidade dos dados. Para os dados quantitativos foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for Social Sciences), efetuando a análise de médias, mínimo, máximo, frequências (absoluta e relativa) e correlações. No que diz respeito às respostas qualitativas, referentes às estratégias de enfrentamento e adaptação adotadas pelos pecuaristas, fez-se uso da análise de conteúdo, técnica em que os dados brutos são sistematizados e agregados em unidades, permitindo uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto (OLIVEIRA, 2008).

A realização da pesquisa e a definição dos entrevistados contaram com o apoio de algumas instituições locais e do auxílio de informantes chave, sendo eles técnicos da EMATER, pesquisadores da EMBRAPA Pecuária Sul e representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

5 A vulnerabilidade social e as estratégias de enfrentamento e adaptação dos pecuaristas de corte

5.1 Os pecuaristas de corte e seus meios de vida

Os pecuaristas entrevistados possuem idade entre 36 a 86 anos. No que diz respeito ao grau de escolaridade dos entrevistados, os resultados mostram que o ensino fundamental incompleto é o nível de escolaridade predominante, com 57% dos entrevistados. Ainda assim, 13% possuem ensino fundamental completo, 20% ensino médio completo e 10% formação superior. A predominância da baixa escolaridade entre os pecuaristas pode vir a causar alguma dificuldade em exercer suas liberdades, na medida em que limita as habilidades individuais (SEN, 2008).

Em 22% dos estabelecimentos investigados não há membros da família residindo na propriedade, estando esse grupo familiar na cidade do próprio município. Desse modo, alguns estabelecimentos passam a contar com a contratação permanente de mão de obra de um empregado ou de uma família. Contudo, ainda é possível encontrar em 33% dos estabelecimentos o casal de proprietários (duas pessoas) residindo, e, em 18%, o casal e um filho (três pessoas), o que representa metade dos estabelecimentos investigados, como apresentado na tabela abaixo, e mais 20% com 4 ou 5 pessoas (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de pessoas residindo nos estabelecimentos.

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Nenhum	13	22
Uma pessoa	4	7
Duas pessoas	20	33
Três pessoas	11	18
Quatro pessoas	8	13
Acima de cinco	4	7
Total	60	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados primários da pesquisa de campo (2012).



Verifica-se que em 78% dos estabelecimentos há pelo menos um membro da família residindo, mesmo assim, em 35% dessa parcela há pelo menos um membro da família também residindo na área urbana do município ou em cidade próxima. De maneira geral, o número de membros da família residindo no estabelecimento e participando das atividades produtivas exerce influência direta sobre a necessidade contratação e utilização mão de obra externa à família, como pode ser observado na tabela a seguir (Tabela 2). A contratação de mão de obra permanente ou temporária representa uma alternativa à carência de mão de obra familiar, contudo, nem sempre este ativo está disponível.

A contratação de mão de obra temporária está presente em 25% dos estabelecimentos, podendo estar relacionada ao tipo de atividade desenvolvida. Contudo, convém salientar que não é contabilizada na tabela anterior a presença de “troca de serviços” entre pecuaristas, mesmo ocorrendo em número expressivo de casos.

Tabela 2 – Mão de obra familiar e contratada nos estabelecimentos investigados.

Condição	Familiar (%)		Contratada (%)	
	Esporádica	Permanente	Temporária	Permanente
Possui	27	78	25	32
Não possui	73	22	75	68
Total	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados primários da pesquisa de campo (2012).

A contratação de mão de obra temporária está presente em 25% dos estabelecimentos, podendo estar relacionada ao tipo de atividade desenvolvida. Contudo, convém salientar que não é contabilizada na tabela anterior a presença de “troca de serviços” entre pecuaristas, mesmo ocorrendo em número expressivo de casos.

No que confere à mão de obra familiar permanente, em 78% dos estabelecimentos há algum membro da família desenvolvendo a atividade pecuária, entretanto em 22% não há membros da família desenvolvendo as atividades produtivas de modo permanente, ficando a cargo de algum funcionário ou mesmo pela atuação esporádica familiar. A Tabela 3, por sua vez, apresenta alguns fatores de infraestrutura e seu atendimento entre os estabelecimentos investigados.

Tabela 3 – Infraestrutura e necessidades básicas disponíveis nos estabelecimentos.

Fator básico	Sim (%)	Não (%)
Água encanada	92	8
Luz elétrica	95	5
Telefone residencial	12	88
Telefone celular	95	5
Acesso à internet	22	78

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados primários da pesquisa de campo (2012).

Apesar de haver o atendimento de quase todos os itens acima em maior parte dos estabelecimentos, isso não significa que esses estejam efetivamente disponíveis para uso, como é o caso da água encanada e do telefone celular que não estão em pleno funcionamento em todos os estabelecimentos. Cabe salientar que o período de realização das entrevistas ocorreu logo após o verão, sendo perceptíveis os recentes impactos de um período de seca prolongada que afetou não somente aos animais, mas teve consequências diretas sobre as famílias na medida em que fragilizou seus ativos. Especificamente em relação à água,



algumas propriedades investigadas ainda enfrentavam a restrição desse recurso e contavam com o fornecimento e distribuição através da prefeitura, enquanto outros adquiriram água para o consumo através da compra, evidenciando a carência de liberdades básicas nesses estabelecimentos.

No que diz respeito à área dos estabelecimentos 43% utilizam somente área própria, 42% área própria somado a área arrendada, 8% área própria e a parceria com familiar ou terceiro, e aqueles que não dispõem de área própria recorrem a parceria ou arrendamento (7%). Há uma amplitude significativa no que se refere ao tamanho da área total do estabelecimento, com propriedades de cinco a 3320 hectares, com uma média de 401 hectares.

A principal atividade produtiva desenvolvida é a pecuária de corte, sendo realizada através da criação de bovinos, ovinos ou caprinos, ocupando em média 87% da área total do estabelecimento, variando de 2 a 2000 animais, evidenciando a amplitude de estabelecimentos pecuários investigados. O rebanho bovino está presente em todos os estabelecimentos (100%), enquanto o ovino em 80% e o caprino em apenas 3,3%. Além da atividade pecuária é verificada a realização de outras atividades produtivas como a criação de equinos para utilização como ferramenta de trabalho (83%), criação de pequenos animais como suínos e aves (30%), lavouras de subsistência como feijão, batata doce, abóbora, mandioca entre outras (48%), lavoura de arroz (8%), lavoura de soja (18%), lavoura de milho (22%), silvicultura (6,7%), produção de mel (5%) e fruticultura (5%).

De modo geral, a renda pecuária representa em média 52% da renda total dos estabelecimentos, dividindo proporções com as demais fontes de renda como renda agrícola, transferência social (aposentadoria e bolsa família) e renda não agrícola (venda de mão de obra, venda de doces e artesanato), presentes em 15%, 57% e 30% dos estabelecimentos, respectivamente.

Quanto à participação dos entrevistados em associações e sindicatos, 38% dos entrevistados participam de alguma associação de produtores. A principal entidade representativa reconhecida pelos pecuaristas são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, onde 65% dos entrevistados são associados. Em menor proporção, 13% dos entrevistados participam do Sindicato Patronal.

5.2 Fatores de vulnerabilidade social e a construção de estratégias de enfrentamento e adaptação

Os fatores relacionados à dimensão social da vulnerabilidade, levantados para esse estudo, envolvem situações que denotam restrições no acesso a condições básicas aos meios de vida dos pecuaristas, as quais influenciam na suscetibilidade dos entrevistados e agem sobre a capacidade de enfrentar ou se adaptar. Portanto, os fatores de vulnerabilidade investigados contemplam os problemas de sucessão, dificuldades na disponibilidade e qualidade da mão de obra, e a carência no atendimento de funções básicas como lazer, saúde e educação. A Tabela 4 apresenta e ilustra os fatores de vulnerabilidade com sua distribuição nos respectivos graus de importância.

Tabela 4 – Fatores de vulnerabilidade social e seus respectivos graus de importância.

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância	Pouca importância	Importância relativa	Importante	Muito importante	TOTAL
1. Ausência de sucessor	23	2	8	8	58	77
2. Dificuldade de contratação de mão de obra	22	2	0	2	75	78
3. Capacitação da mão de obra	38	2	3	0	57	62
4. Falta de opções de entretenimento	92	0	2	2	5	8
5. Dificuldade de acesso à educação	93	2	0	0	5	7



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da pesquisa de campo (2012).

O primeiro fator de vulnerabilidade corresponde aos problemas de sucessão que envolve a ausência de perspectiva de um sucessor para assumir a gestão da propriedade e dar continuidade ao estabelecimento. Essa situação impõe aos pais preocupações quanto ao destino do estabelecimento com sua velhice, tendo em vista que não terão mais os filhos para ampará-los e dar continuidade às atividades desenvolvidas na propriedade (SPANVELLO, MATTE, 2010). A redução da população rural nos municípios investigados é evidenciada com base em informações do Censo Populacional (IBGE, 2010), comprovando a situação de êxodo rural. Somado a isso, se observa uma migração de famílias inteiras para a cidade em busca da oferta de bens básicos para o grupo familiar, afastando aos poucos os indivíduos do estabelecimento e da possibilidade de sucessão.

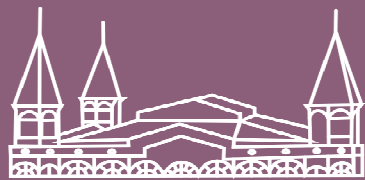
Segundo os entrevistados, a ausência de sucessor representa uma vulnerabilidade em um total de 77% dos estabelecimentos distribuídos em todos os graus de importância, com grau de muita importância para 58% dos entrevistados. Essa alta percepção de vulnerabilidade sobre esse fator está relacionada não somente à ausência de sucessão no estabelecimento, mas também ao esvaziamento do campo de modo geral. O depoimento a seguir evidencia essa vulnerabilidade.

Ausência de sucessores é um problema gravíssimo. Meus filhos nunca viveram disso, eles não voltam e nem querem voltar. Estou trabalhando na campanha porque gosto, porque depois eles [filhos] vendem e fazem o que querem, mas não voltam (Entrevistado 2).

É identificada uma correlação moderada negativa entre o grau de importância desse fator e o tamanho do estabelecimento (-0,36), o que indica que estabelecimentos com menor área de terra apresentam maior grau de vulnerabilidade à ausência de sucessor. Contudo, esta correlação mascara a presença da vulnerabilidade em estabelecimentos com grande área de terra, os quais tendo a certeza de não haver um sucessor consideram esse fator de vulnerabilidade com baixo grau de importância. Além disso, observa-se uma correlação moderada negativa (-0,28) entre esse fator e a renda pecuária, demonstrando que o grau de vulnerabilidade pode ser influenciado pela renda da atividade pecuária. Ou seja, rendas altas podem contribuir com a permanência de um sucessor no estabelecimento.

O baixo número de membros residindo no estabelecimento e a própria idade avançada dos mesmos ilustra o quadro da sucessão nesses municípios. Para Ellis (2000), essa situação representa uma fragilidade do capital humano ao reduzir o trabalho doméstico disponível, as habilidades dos membros da família, assim como o próprio estado de saúde dos mesmos. Além disso, a ausência de sucessor reflete nas capacitações individuais na medida em que a força e qualidade física ficam fragilizadas e suas motivações quanto ao futuro passam a ser questionadas, corroborando com resultados encontrados por Ribeiro (2009) e Matte et al. (2011).

Mesmo assim, alguns entrevistados demonstram um conflito pessoal, pois da mesma forma que gostariam que o filho desse continuidade às atividades realizadas no estabelecimento, ao mesmo tempo, visualizam um futuro melhor para o filho fora do estabelecimento. Em outras palavras, há conflitos entre incentivar o filho a sair do estabelecimento ou a ficar, conflitos esses gerados pela combinação de incertezas e vulnerabilidades que “rodeiam” a atividade pecuária. De tal maneira, com a saída dos jovens o estabelecimento permanecerá como herança e patrimônio deixado aos filhos, contudo fica para trás a passagem dos valores e da tradição relacionados à atividade.



A ausência de sucessor implica em por em risco à reprodução social dessas famílias, assim as estratégias de reação envolvem formas de enfrentamento e adaptação a essa situação. A principal estratégia de enfrentamento consiste no incentivo da participação dos filhos na realização das atividades produtivas. Por sua vez, a situação de adaptação ocorre quando há presença garantida de um sucessor no estabelecimento, e caso não exista algum filho disposto a permanecer, então, novas alternativas adaptativas são definidas, como a venda do estabelecimento.

O incentivo à participação dos filhos na realização das atividades desenvolvidas no estabelecimento tem sido uma forma encontrada pelos pais para motivar os filhos a permanecer. Essa estratégia tem por intuito valorizar a presença do filho ao grupo familiar, oportunizando a construção de uma relação de confiança entre pais e filhos. No entanto, esse tipo de iniciativa ocorre de maneira modesta, pois, na maioria dos casos os pais concedem pouca autonomia para os filhos participarem das decisões administrativas da família, mesmo se tratando de filhos que possuem curso superior ou técnico em áreas ligadas ao meio rural.

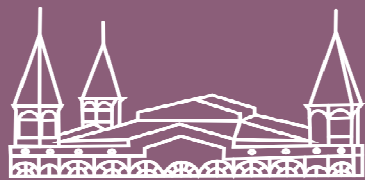
Outra estratégia de enfrentamento parte de uma iniciativa onde os pais manifestam interesse em deixar os filhos assumirem a gestão do estabelecimento, na tentativa de incentivar a continuidade das atividades realizadas no estabelecimento, independente do destino que será dado após esse encaminhamento. O que muitos pais esperam, com isso, é receber cuidados e atenção na velhice. Segundo os entrevistados, enquanto a migração desses jovens ocorrer para a cidade do próprio município ou próximo a ele, o grau de vulnerabilidade será menor, pois o afastamento de curta distância dos filhos alimenta a esperança de que possam vir a dar continuidade à atividade, mesmo que não voltem a residir no meio rural.

Entre os entrevistados, dois acabaram optando por vender o estabelecimento, sendo que um já estava vendido e o outro estava à venda. No primeiro caso, a um conjunto de fatores de influência da venda do estabelecimento, sendo eles a ausência de perspectiva de retorno dos filhos, a idade avançada do casal, a falta de mão de obra para auxiliá-los no desenvolvimento das atividades e a insegurança em adoecer distante de auxílio médico. A saída do casal ocorreria nos meses seguintes a esta pesquisa, sendo que esses já estavam se desfazendo do capital físico como animais, pequenos utensílios entre outros. No segundo caso, os motivos da saída da família são a saúde debilitada do proprietário, dificuldade de acesso ao estudo para o filho e a própria falta de interesse do mesmo (filho) em atuar no estabelecimento. Neste caso, a venda não havia ocorrido, mas o proprietário encontrava-se em negociação. O destino de ambas as famílias seria a cidade do próprio município.

Por sua vez, a dificuldade de contratação de mão de obra, segundo fator de vulnerabilidade, possui um grau de importância muito alto para 75% dos entrevistados. Constata-se, diante disso, que a dificuldade em obter este intitulado é limitada, o que tende a prejudicar os funcionamentos e as realizações almejadas pelos indivíduos. Somado a isso, a baixa qualificação da mão de obra atualmente disponível, terceiro fator de vulnerabilidade, também é considerada uma vulnerabilidade com grau de importância muito alta para 57% dos entrevistados. A importância de ambos os fatores é visivelmente observada nas entrevistas a seguir.

Isso é um problema. Antigamente não se procurava peão, aparecia peão. E qualquer homem sabia fazer tudo, hoje eles dizem que sabem tudo, mas quando chega na hora de trabalhar tem que dar graças quando conseguem diferenciar uma vaca de um touro. (Entrevistado 1).

Para mim o grande problema é a falta de mão de obra. Vai chegar um ponto em que vai vir gente da cidade trabalhar e vão voltar para a cidade. As pessoas não pensam nos benefícios do rural. (Entrevistado 33).



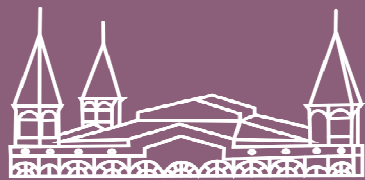
Procurando reagir à dificuldade em contratar mão de obra e à baixa qualidade da mão de obra ofertada, os pecuaristas adotam uma combinação de estratégias para enfrentar ou se adaptar. Dentre aqueles que possuem funcionário contratado, as estratégias de enfrentamento procuram evitar a saída desses empregados, buscando formas de valorizá-los, incentivando sua permanência na função exercida no estabelecimento. Sendo assim, os incentivos variam entre a valorização moral do indivíduo, até a oferta de benefícios materiais como a doação de animais e de bônus salariais. Ambos os benefícios tem o propósito de fortalecer a confiança entre as partes, como forma de assegurar por mais tempo a mão de obra utilizada no estabelecimento. Cabe salientar, que muitos dos funcionários contratados são indivíduos que possuem uma relação pessoal de longa data com o proprietário, favorecendo a permanência na função exercida no estabelecimento.

Por outro lado, dentre os estabelecimentos que não possuem e não realizam a contratação fixa de mão de obra, a estratégia é se adaptar a essa condição contando com a troca de serviço entre vizinhos e familiares ou, em último caso, modificar o portfólio de atividades desenvolvidas no estabelecimento, deixando de realizar algumas atividades e inserindo outras. Segundo Sabourin (2003), a troca de serviço é entendida como uma forma de reciprocidade, que representa uma equivalência simbólica ou material. Significa com isso, que essa ajuda mútua na forma de troca de serviço e favores não envolve pagamento monetário, mas sim valores de reciprocidade, não sendo classificada como contratação de mão de obra (SABOURIN, 2009). A reciprocidade consiste no fortalecimento do capital social entre os pecuaristas, o que deriva em apoio nos momentos de maior necessidade, ocorrendo a realização das atividades no estabelecimento com auxílio dos vizinhos ou familiares, sendo posteriormente retribuído àquele que auxiliou.

O que se observa é uma valorização dessas relações, pois, sem a colaboração entre vizinhos ou familiares, não seria possível realizar determinadas atividades, principalmente frente ao baixo número de indivíduos pertencentes ao grupo familiar residindo e participando ativamente das tarefas do estabelecimento. Nesse caso a estratégia encontrada pelos pecuaristas representa o fortalecimento das relações sociais, da confiança e da reciprocidade como formas para enfrentar a falta de mão de obra, ou seja, utilizam os ativos disponíveis em seus meios de vida para adaptar-se a essa situação.

Ribeiro (2009) e Neske (2009) observaram que há entre os pecuaristas familiares um predomínio das formas de reciprocidade que fazem parte dos meios de vida desses atores sociais e, de certo modo, “governando” as práticas como as trocas referentes ao autoconsumo e ao trabalho familiar. A ajuda mútua presente nessas relações cria um valor ético, de relações que se redobram, entendida como a dinâmica de reprodução de prestações geradora de vínculo social (SABOURIN, 2009). Além da troca de serviço, também foi identificada nesse estudo a presença de mutirões entre vizinhos, consistindo em trabalho em grupo nos estabelecimentos, executando tarefas como a castração, a vacinação, a vermifugação, entre outros.

Contudo, para aqueles que não possuem capital financeiro para contratar mão de obra, bem como não realizam troca de serviços, acabam tendo que criar outra estratégia para se adaptar. Essa situação representa uma restrição de oportunidades, restringindo as capacitações e os funcionamentos desses indivíduos. Desse modo, a forma encontrada de adaptação a essa situação consiste na modificação das atividades realizadas no estabelecimento, em uma resposta de reação ao fato de não haver estratégias de enfrentamento disponíveis. Para Ellis (1999), essa modificação das atividades produtivas realizadas no estabelecimento consiste na substituição de atividades, o que os torna mais resistentes pela razão de adotarem essa estratégia fixa e, portanto, mais capazes de se adaptar às tendências de imprevistos e perigos.



Duas famílias entrevistadas passaram a desenvolver o cultivo de acácia, pois, segundo eles, a atividade não demanda muita mão de obra, o que acaba representando uma estratégia de obtenção de renda sem a demanda de mobilização de grande quantidade mão de obra e trabalho físico. Por outro lado, outros pecuaristas optam por deixar de realizar determinadas atividades, como, por exemplo, a criação de ovinos e de pequenos animais (aves e suínos), e os cultivos para o autoconsumo. Quanto à ovinocultura, o que se constatou foi que alguns pecuaristas têm reduzido seus rebanhos frente à falta de mão de obra para o manejo dos animais.

A falta de mão de obra também interfere sobre o cultivo de lavouras destinadas ao autoconsumo, como, por exemplo, a mandioca, batata doce, abóbora, amendoim, horta e pomares, além da elaboração caseira de produtos como doces, cultivos e atividades que deixam de ser realizadas. Apesar das lavouras de subsistência estarem presentes em quase metade dos estabelecimentos (48%), esses cultivos ocupam uma área reduzida, sendo sua continuidade incerta na medida em que há um avanço na idade dos membros que permanecem no estabelecimento e o consumo interno reduz.

Conforme Adger et al. (2008) a vulnerabilidade ou segurança dos indivíduos e das sociedades é determinada não só pelas respostas prováveis com o uso dos recursos que os indivíduos dependem, mas pela disponibilidade de recursos e, fundamentalmente, pelo direito dos indivíduos e grupos de fazerem uso desses recursos. Nesse sentido, os três fatores restantes desse bloco referem-se a liberdades básicas de direito dos indivíduos, sendo elas o lazer (entretenimento) e o acesso à educação e saúde.

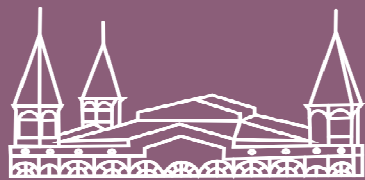
Observando a Tabela 4 fica evidente que a falta de opções de entretenimento não representa uma vulnerabilidade para os pecuaristas entrevistados, apresentando grau de nenhuma importância para 92% dos pecuaristas. “Hoje no rural tem tudo que tem na cidade”, é assim que os pecuaristas afirmam que a oferta de lazer não representa um problema, sendo minimizado com a chegada do telefone celular, o acesso à internet e a facilidade no deslocamento para a cidade.

Assim como o lazer, o acesso à educação também é percebido como um fator que, em sua maioria, não provoca vulnerabilidade, apresentando nenhum grau de importância para 93% dos entrevistados. Isso ocorre principalmente pela introdução do transporte escolar e a expansão das universidades federais para o interior do estado do Rio Grande do Sul.

Entre os municípios investigados dois possuem Universidades Federais (UNIPAMPA), Bagé e Dom Pedrito, e, para os pecuaristas, isso significa uma oportunidade importante que possibilita aos seus filhos permanecerem estudando no município ou região. Em algumas famílias investigadas, há pelo menos um filho estudando em curso superior e que permanece participando das atividades no estabelecimento.

Conforme Ellis (2000) alguns pontos seriam necessários ser atendidos cabendo aos órgãos públicos esta tarefa, com destaque para dois: a necessidade de promover o desenvolvimento humano (capital humano), oportunizando fornecimento e qualidade da educação rural, além da aquisição de competências e a necessidade de infraestrutura (estradas, energia, comunicações). Ambos têm importância fundamental sobre a mobilidade de ativos e o desenvolvimento de capacidade de escolha dos indivíduos, sem o atendimento destas necessidades básicas a probabilidade de ficarem mais vulneráveis rapidamente aumenta.

O último fator de vulnerabilidade desse bloco, o acesso à saúde, não é consenso entre os entrevistados, pois está distribuído em todos os graus de importância, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 43% dos pecuaristas, com grau de muita importância para 25% dos entrevistados. Para Sen (2010, p. 124), “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria”. De tal maneira, o



atendimento às necessidades básicas permite aos indivíduos expressarem suas capacitações com todo seu potencial e habilidade.

As estratégias de enfrentamento no acesso a saúde construídas pelos pecuaristas contam com o auxílio do sindicato rural e das prefeituras municipais. Algumas famílias com a presença de pessoas de idade avançada passam a residir no meio urbano, sendo essa a estratégia encontrada como forma de adaptação à restrição de acesso aos serviços de saúde.

A participação do sindicato no enfrentamento a essa vulnerabilidade está relacionada à oferta de atendimento médico a um custo mais acessível aos seus sócios, o que representa uma alternativa importante para as famílias que não dispõem de plano de saúde, e possuem carência de capital financeiro para mobilizar e acessar esse serviço. O que também se constatou é que algumas prefeituras municipais, através das secretarias de saúde, disponibilizam o serviço de atendimento médico em algumas localidades do meio rural.

Contudo, ainda assim, ambas as estratégias de enfrentamento possuem limitações. No caso do sindicato, para ter acesso ao médico, o indivíduo necessita dispor de capital financeiro, mesmo sendo um serviço parcialmente subsidiado pelo sindicato. Quanto aos auxílios de serviços de saúde prestados pelas prefeituras, esse é um tipo de serviço que faz pequenos “reparos” perante as necessidades das famílias, sobretudo, em relação às comunidades mais distantes da sede do município. Dessa maneira, apesar da oferta desses intitulentos, a liberdade para realizar suas capacitações fica comprometida, pois a capacidade de escolha é restrita.

Diante desse contexto, alguns entrevistados optaram por residir no meio urbano do município e deslocar-se esporadicamente para o estabelecimento rural para realizar as atividades produtivas, facilitando, assim, o atendimento à saúde caso exista alguma necessidade. Essa estratégia de adaptação evidencia a importância do fator saúde (ativo), demonstrando como ele pode interferir no portfólio de ativos que compõem os meios de vida das famílias.

Observa-se, com base nas estratégias de enfrentamento e adaptação apresentadas, que o capital financeiro reduz sua importância na medida em que mesmo estando disponível não representa o meio para atingir os fins. A exemplo disso estão as dificuldades na restrição de mão de obra e a ausência de atendimento à saúde, as quais não dependem apenas da disponibilidade de capital financeiro, mas principalmente da oferta de outros ativos.

Considerações finais

Esse estudo abordou o tema da vulnerabilidade social, das capacitações e dos meios de vida no contexto da pecuária de corte no sul do Rio Grande do Sul. Para responder ao objetivo desse estudo, fez-se o uso integrado da abordagem das capacitações, proposta por Amartya Sen, e dos meios de vida, proposta por Frank Ellis, como forma para compreender e explicar as estratégias reativas desenvolvidas pelos pecuaristas às situações de vulnerabilidade social.

Com isso, foi identificado nesse estudo que a vulnerabilidade para os pecuaristas de corte consiste em uma condição de ausência de liberdade de escolha, causada por uma carência no acesso a alguns ativos, limitando, assim, o exercício das capacitações e provocando situações de incerteza quanto aos seus meios de vida. As incertezas, por sua vez, envolvem a imprevisibilidade das consequências, pois os pecuaristas tem dificuldade de desenvolver estratégias de resiliência durante ou após vivenciarem situações de vulnerabilidade, como por exemplo, algum tipo de crise ou risco.

Sendo assim, os principais fatores de vulnerabilidade identificados são dificuldade de contratação de mão de obra (78%) e ausência de sucessor (77%). A liberdade para escolher a melhor estratégia para enfrentar ou se adaptar às situações de vulnerabilidade fica restrita aos



meios de vida de cada família, pois é a disponibilidade de ativos que vai possibilitar aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações individuais.

De tal maneira, é possível concluir que nem sempre dispor de um portfólio de ativos variado no meio de vida significa maior liberdade para exercer suas capacitações e, portanto, criarem estratégias de enfrentamento e adaptação, haja vista que os fatores de vulnerabilidade social são provocados, principalmente, por fatores externos e de difícil enfrentamento. Frente a isso, também foi possível observar que o capital social representa o conjunto de ativos mais utilizados diante das diversas situações de vulnerabilidade, pois o capital social está enraizado no tecido social local, e assim, representa o ativo mais bem distribuído entre os estabelecimentos de pecuária de corte e o mais acessado e mobilizado frente às distintas situações de vulnerabilidade social.

Além disso, os pecuaristas que estão adaptados ou se adaptando, reduzem gradativamente o grau de importância à situação de vulnerabilidade que estão superando. Por outro lado, aqueles que estão enfrentando às situações de vulnerabilidade conseguem resolver esta condição temporariamente, porém, sem a garantia de que não se tornarão vulneráveis novamente, caso essa condição se repita.

Cabe salientar que este estudo versou sobre a abordagem social da vulnerabilidade, com um olhar dimensional. Contudo, a vulnerabilidade pode ser investigada com um olhar multidimensional, envolvendo diversos fatores, permitindo, dessa maneira, um panorama geral da vulnerabilidade em determinado local, incluindo fatores econômicos, ambientais, tecnológicos, de infraestrutura, regionais entre tantos outros. A necessidade de estudos que contemplem a multidimensionalidade da vulnerabilidade é premente, podendo oferecer elementos fundamentais para o planejamento e proposição de políticas públicas voltadas para contextos rurais localizados.

Referências

ADGER, W. Neil. Social capital, collective action, and adaptation to climate change. **Economic Geography**, p. 387-404, 2003.

ADGER, W. Neil. Vulnerability. *Global Environmental Change*, n. 16, p. 268-281, 2006.

ADGER, W. Neil et al. **New indicators of vulnerability and adaptive capacity**. Norwich: Tyndall Centre for Climate Change Research Technical Report, n. 7, 2004.

ADGER, W. Neil et al. Are there social limits to adaptation to climate change? **Climatic Change**, v. 93, p. 335-354, 2008.

ADGER, W. Neil., KELLY, P. Mick. Social vulnerability to climate change and the architecture of entitlements. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 4, p. 253-266, 1999.

ALEXANDRE, João Welliandre Carneiro et al. Análise do número de categorias da escala de Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item. **Anais do XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção**, Ouro Preto-MG, out. 2003.

BENETTI, Maria D. Agropecuária na região Sul do Rio Grande do Sul – 1970-90. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 94-145.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto; SUERTEGARAY, Dirce



Maria Antunes (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 71-83.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVEZ, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Revista de Administração da UFLA**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2003.

CHAMBERS, Robert. Vulnerability, coping and policy. **IDS Bulletin**, v. 37, n. 4, September 2006. Disponível em: <<http://community.eldis.org/.598d23f8>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

CHAMBERS, Robert.; CONWAY, Gordon R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century . **IDS discussion paper**. Brighton, n. 296, p.1-33, 1992.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 2, jul./dez. p. 343-347, 2004.

CUTTER, Susan L. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, v. 20, n. 4, p. 529-539, dec. 1996.

CUTTER, Susan L.; BORUFF, Bryan J.; SHIRLEY, W. Lynn. Social. Vulnerability to environmental hazardsn. *Social Science Quarterly*, v. 84, n. 2, jun. 2003.

ELLIS, Frank. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. **Natural Resource Perspectives**, n. 40, 1999.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, Frank; MDOE, Ntengua. Livelihoods and rural poverty reduction in Tanzania. **World Development**, v. 31, n. 8, p. 1367-1384, 2003.

FUSSEL, Hans-Martin. Vulnerability: a generally applicable conceptual framework for climate change research. **Global Environmental Change**, n. 17, 2007. p. 155–167.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pecuária 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=24&i=P&c=1244>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1552&z=cd&o=5>>. Acesso em 15 nov. 2011.

JANSSEN, Marco A.; OSTROM, Elinor. Resilience, vulnerability, and adaptation: a cross-cutting theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change. **Global Environmental Change**, n. 16, 2006. p. 237-239.

KAZTMAN, Rubén. **Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social**. COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL, 2000. p. 275-301.

KAZTMAN, Rubén et al. Vulnerabilidad, activos y exclusion social en Argentina y Uruguay. In: **Organización Internacional del Trabajo**, Fundação Ford, Santiago: Chile, 1999. 111p.



MATTE, Alessandra et al. Impasses na reprodução social da Pecuária Familiar. In: 49 Congressos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2011, Belo Horizonte, MG. **Anais...**, 2011.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, jan./mar. 2006. p. 33-43.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Bioma Pampa**. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

MORALES GROSSKOPF, Hermes Morales. et al. South American Livestock Farming Expansion: the long way to sustainability. In: KAMMILI, Trish; HUBERT, Bernard; TOURRAND, Jean-François. (Eds.). **A paradigm shift in livestock management: from resource sufficiency to functional integrity**. A Workshop at the XXI Grassland/VIII Rangeland International Congress. Hohhot: China, 28th and 29th June 2008, Cardèreéditeur: France, 2011. p. 73-83.

NESKE, Márcio Zamboni. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da Pecuária Familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul**. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NIEDERLE, Paulo André.; GRISA, Catia. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, p. 41-69, jul/dic. 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 182 p.

OVERBECK, Gerhard Ernst. et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, Valério De Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila. (Org.). **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 26-41.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: collapse and revival of the american community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 304 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. revista e ampliada, São Paulo: Atlas, 2009.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais, 2003, Aracajú. **Anais...** Aracajú: UFS, 2003.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. 328p.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, jul./set. 2010. p. 511-531.

SCOONES, Ian. Livelihoods perspectives and rural development. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 171-196, jan. 2009.



SEN, Amartya Kuma. **The standard of living: the tanner lecture on human values.** 1985. Lecture delivered at Cambridge University, Cambridge, 1985.

SEN, Amartya Kuma. **Desigualdade Reexaminada.** Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2008. 301p.

SEN, Amartya Kuma. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461p.

SMIT, Barry.; WANDEL, Johana. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. **Global Environmental Change**, v. 16, p. 282-292, 2006.

SPANVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra. A perspectiva dos pais quanto ao amparo na velhice: um estudo com agricultores familiares sem sucessores. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político, 2010, Curitiba. **Anais...**, 2010.